

A todo o momento são veiculados números da economia nacional e, conseqüentemente, surgem as análises e, o que é mais perigoso, projeções para futuro bem longe, como costumam fazer com a Previdência Social. Há previsões catastróficas para 2050, mantendo o cenário atual. E se pudermos mudar a face do Brasil?

Na verdade causa estranheza a disparidade entre o PIB (Produto Interno Bruto) estimado para o Brasil, em 2010, superior a R\$ 2 trilhões e a posição social do país, medida pelo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), onde o Brasil está elencado em septuagésimo lugar, dentre todas as nações que são avaliadas.

Assim, PIB de 1º mundo e IDH dos mais baixos da América Latina, isso não combina, mesmo.

Essa disparidade de índices para um país em ascensão, que tem previsões de até 2013 alcançar a quinta posição como potência econômica do mundo, deixa dúvidas e desconfiança. Daí pode-se inferir que as prioridades dos planos de governo estão muito longe de alcançar o nível desejado para a área social.

Imaginemos que não existisse a Previdência Pública, segurando o sustento de 26 milhões de famílias. Como estaria o IDH brasileiro? E a paz interna do país?

Temos muita esperança de que após a nova retomada da indústria, poderemos agilizar a inclusão de jovens e adultos no mundo do trabalho. Novamente, voltando aos números divulgados, notamos um grande empenho do Ministério do Trabalho e Emprego em acelerar a capacitação de jovens criando um sem número de programas que já alcançam todo o território brasileiro. São vidas recuperadas do ócio, da desesperança, que seguem no caminho da conquista da dignidade, pelo trabalho. Entendemos que programas consistentes na área da educação, em pouco tempo, elevarão o nível de aptidões profissionais da população em busca de oportunidades.

Não se pode entender que o país, com PIB superior a R\$ 2 trilhões, não possa manter o alunado em escola com tempo integral. É ou não problema de prioridade?

Melhorando a educação, melhora a saúde; reduzem-se os níveis de criminalidade. O fermento da criminalidade é a falta de oportunidades; o consumo galopante da droga tende a recuar com a ocupação dos jovens. Educação, saúde, esporte, lazer, moradia ... é parte que falta para a recuperação e ajustamento de grande parte da sociedade brasileira. Esses direitos fundamentais do cidadão ao lado dos demais, gravados na Constituição Brasileira/88, compõem a bula das prioridades que devem ser observadas pelas políticas públicas de governo.

Fazendo uma retrospectiva até o 4º trimestre de 2008, quando a crise financeira se aprofundava no mundo, temos que reconhecer a importância e tenacidade do povo brasileiro que superou as adversidades e investiu, ao lado do governo, na recuperação do comércio, da indústria e dos serviços em geral.

A admiração do mundo pela resistência à crise, verificada no Brasil deve-se, também, a medidas de incentivo adotadas pelo governo e que trouxeram os resultados favoráveis. Não vale é dizer que houve queda na arrecadação federal, englobando aí, as receitas da Seguridade Social.

Analisem, isoladamente, uma a uma, as receitas previstas no artigo 195 da Constituição Federal. Todas ascendentes desde longo tempo. Se foi extinta a CPMF é lógico que não podemos contar com ela no montante geral. Tem-se que ter imparcialidade na análise das séries.

Continuamos fieis à política social de nossa Seguridade que, em “céu de brigadeiro”, vai cumprindo sua missão de amparo aos trabalhadores.

¹ Clemilce Carvalho, Auditora Fiscal da Receita Federal do Brasil.